



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Érika Alliny Lopes da Silva

Reforma do ensino médio: as consequências na formação da juventude

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Érika Alliny Lopes da Silva

Reforma do ensino médio: as consequências na formação da juventude

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciando em Educação Física.

Orientador: Dr. Ernani Nunes Ribeiro

Coorientador: Dra. Hercília Melo do Nascimento

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Giane da Paz Ferreira Silva, CRB-4/977

S586r Silva, Érika Alliny Lopes da.
Reforma do ensino médio: as consequências na formação da
juventude / Érika Alliny Lopes da Silva. - Vitória de Santo Antão, 2019.
56 folhas.

Orientador: Ernani Nunes Ribeiro.
Coorientadora: Hercília Melo do Nascimento.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV,
Licenciatura em Educação Física, 2019.
Inclui referências e apêndice.

1. Ensino médio - Reforma curricular. 2. Ensino médio - Formação de
jovens. I. Ribeiro, Ernani Nunes (Orientador). II. Nascimento, Hercília Melo
do (Coorientadora). III. Título.

373.07 CDD (23. ed.)

BIBCAV/UFPE-230/2019

ÉRIKA ALLINY LOPES DA SILVA

Reforma do ensino médio: as consequências na formação da juventude

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 06/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drª. Hercília Melo do Nascimento (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Marcelo Barbosa da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Emerson Raimundo do Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Com gratidão, dedico este trabalho a Deus,
Devo a Ele tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores, por todo os conselhos e ajuda durante os meus estudos e trajetória acadêmica.

Em modo especial ao meu orientador, Dr. Ernani Nunes Ribeiro e a minha Co orientadora, Dr. Hercília Melo do Nascimento, pelo empenho dedicado ao meu projeto de pesquisa.

Aos meus pais, Maria Aparecida Lopes Da Silva e Edinaldo José da Silva que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Aos meus irmãos, Erinaldo Thiago Lopes Da Silva e Adeilson Pereira do Santos, pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

Sou grata à toda minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Agradeço ao meu companheiro, Jandson José de Medeiros Pedro pelo seu amor incondicional, que sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico e apoio na elaboração do meu projeto.

Aos meus colegas do curso, pelas trocas de ideias e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

A todos os funcionários da Universidade Federal de Pernambuco UFPE, por todo apoio e por proporcionarem um ambiente propício para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale
a pena
Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém”.
(RUSSO, VENTURINI 1986)

RESUMO

O ensino médio é uma etapa importante na formação dos jovens, mas durante o ano de 2017 passou por mudanças estruturais no seu currículo, advindas do atual cenário político brasileiro. Para refletir acerca das reformas ocorridas, propôs-se com este estudo realizar uma revisão da literatura sobre o tema na perspectiva de uma abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa básica de caráter exploratório. Com base na revisão foram selecionados um total de dez artigos localizados em portais científicos como o Periódicos da capes e bases de dados como Scielo, Google acadêmico. A partir dos resultados, foi visto que a reforma do ensino médio se deu de forma ampla em suas intencionalidades, permitindo identificar elementos tais como: interesses políticos, interesses econômicos, aspectos ideológicos, objetivos implícitos, impacto curricular, concepção de educação e concepção do sujeito. Diante disso, acredita-se que a reforma do ensino médio está pensada e fundamentada não apenas na educação, visa permanência da hegemonia tecnicista, na qual os indivíduos obtêm uma visão utópica de sua autonomia. Os itinerários formativos supõem que os jovens têm poder de escolha, a partir da ideia da “preferência” pela área de conhecimento a ser estudada no Ensino médio, baseando-se em uma premissa educacional que não condiz com a realidade presente no país.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio. Educação Física. Política educacional.

ABSTRACT

High school is an important stage in the formation of young people, but during 2017 it underwent changes in its curriculum, advancing in the Brazilian political scenario. To reflect on the reforms that have taken place, propose a literature review study on the subject from the perspective of a qualitative approach, based on a basic exploratory research. Based on the review, we selected a total of ten articles displayed on scientific portals such as Cover Journals and databases such as Scielo, Google Scholar. From the results, it was seen that the reform of high school has broadly shaped its intentionalities, allowing to identify elements such as: political interests, economic interests, ideological aspects, implicit objectives, curriculum impact, education studies and student performance. . Given this, it is believed that the reform of high school is based not only on education, as the technological hegemony remains, in which students get a utopian view of their ability. The formatted itineraries assume that young people can choose, based on the idea of “preference” for the area of knowledge to be studied in high school, based on an educational premise that does not lead to the reality present in the country.

Keywords: High School Reform. Physical education. Educational politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFORMAS EDUCACIONAIS	14
2.1 Reformas nos últimos vinte anos	14
2.2 Médio em 2016.....	16
2.3 A conjuntura da reforma	20
3 JUSTIFICATIVA.....	24
4 QUESTÃO CONDUTORA	25
6 OBJETIVOS.....	26
7 METODOLOGIA	27
8 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
9 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A – FICHA DE ANÁLISE.....	45

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a educação do Brasil, toma como base as políticas públicas, que tem em vista a democratização do direito a educação, valendo-se das leis que regulamentam e organizam a educação e o direito à mesma. Porém, a democratização da escolarização, promovida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada desde a década de 1990 no Brasil (POCHMANN; FERREIRA. 2016), fez com que a universalização do ensino pudesse atender a milhares de jovens e adultos mesmo que de uma forma ainda precária pelas condições de desigualdade no Brasil. Hoje, a existência e resistência por direitos nunca foram tão discutidas e colocadas em pauta. Cury (2002) destaca que as leis são importantes não para servirem de instrumentos lineares, mas para a leitura do contexto histórico e dimensão de lutas, mesmo trazendo uma dualidade em suas propostas. Afinal a evolução dos direitos à educação vem por efetivações mais democráticas e de construção de uma sociedade menos desigual melhorias de condições sociais e dignidade ao povo.

O passado e o presente são muito importantes para significação e ressignificação das mudanças que vem ocorrendo no século XXI, para jogar luz na contemporaneidade educação escolar. Como projeto de país e sociedade.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123)

Por suas prerrogativas, hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica Cury (2002). Além mais, de garantir a Lei é preciso colocá-la em prática e isso é um desafio, pois há muitos embates na arena pública e preciso pensar que esse direito não deve tornar valido para poucos, a educação, por constituir um serviço público, ainda que ofertado também pela iniciativa privada, é obrigação do Estado interferir no campo das desigualdades sociais e no terreno das hierarquias sociais. Consequentemente, isso vem da estrutura de uma boa qualidade da educação básica, pois:

A educação básica deveria ajudar a “reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde” e gerando atitudes de participação na economia e na sociedade (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 72-75).

O conceito de educação básica atrelada as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) vem da ideia de aprimorar tal palavra base, de algo abstrato em concreto. Nessa perspectiva de criar algo que supere a realidade abstrata colada na educação, a palavra base tem substantivo a palavra pedestal, colocando a educação como princípio e meio da formação humana, segundo Cury (2008, p. 294): “Essa nova forma atingiu tanto o pacto federativo quanto a organização pedagógica das instituições escolares”

Consequentemente, para obter uma almejada qualidade de ensino a criação e regulamentação Constituição Federal coloca-se no “Art. 208. I – “Educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 160). Já nas Leis de Diretrizes e Bases da educação básica torna-se, dentro do artigo 4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada. Mais uma vez o estado tem papel principal da construção da efetivação da educação nacional, que é organizada da seguinte forma: a) Ensino Infantil b) Ensino Fundamental c) Ensino Médio. Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013). Tendo assim cada etapa seus resultados Cury (2008) divide em seu texto como sendo uma árvore que tem raiz (ensino infantil), tronco (ensino fundamental) e acabamento (ensino médio), nesse “acabamento” o ensino médio que é objetivo principal desse estudo.

Bem, refletir sobre o ensino médio sempre é mais delicado, quando nos debruçamos sobre a história do mesmo, há sempre uma busca por identidade, que até hoje ainda estar em construção. Tal construção perpassa principalmente apenas para atender como “meio” para o ensino superior e o mercado de trabalho (KRAWCZYK; NORA, 2009). A constituição federal do brasil por meio da redação dada pela emenda constitucional n. 14/1996. “progressiva universalização do ensino médio gratuito” enquanto a LBD 1996 art. 4o, II” institui a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” ambos anunciados apontam diferenças importantes tanto no papel do estado e da família em prover o ensino médio.

Então para obter uma eficácia a LDB traça objetivos para cada etapa do ensino básico, entre elas o objetivo do ensino médio consiste em;

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 2013, p. 24-25).

Consequentemente a esses objetivos e leis que regulariza a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) firmado pela Lei 13.005 de junho de 2014 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 97).

Há uma organização subsequente do ensino médio regular e integrado, de modo que a carga horária são diferentes; o ensino regular de acordo (LDB, Artigo 24). A carga horária mínima anual estabelecida em lei para a educação básica (níveis fundamental e médio) é de 800 horas, distribuídas em um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e excluído o tempo dedicado aos exames finais, quando houver. Assim, a carga horária total para os três anos do Ensino Médio regular é de 2.400 horas. Já o ensino médio integrado de acordo com a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que diz:

Carga horária - Os cursos de educação profissional técnica de nível médio realizados de forma integrada com o ensino médio terão suas cargas horárias totais ampliadas para um mínimo de três mil horas para as habilitações profissionais que exigem mínimo de 800 horas; de 3.100 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.000 horas e 3.200 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.200 horas (BRASIL, 2005, p. 78).

O Brasil hoje tem umas das menores cargas horárias do mundo, entre 4 horas dentro da escola, a ideia do ensino integrado além do aumento da carga horária e a formação humana obtendo especificidades e conhecimentos para o mundo em sua totalidade suprimindo dessa forma a deficiência encontrada por alguns profissionais da área.

A LDB designa um capítulo inteiro para o ensino técnico no ensino médio na seção IV-A. No Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o

ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas pela Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008). Tal ensino tem seus objetivos guiados pelo CNE (BRASIL, 2008).

2 REFORMAS EDUCACIONAIS

2.1 Reformas nos últimos vinte anos

É importante ressaltar historicamente que as reformas educacionais, sempre caminharam juntas com a conjuntura política do país, que desde o novo cenário político a partir da década de 80 com fim da ditadura militar vem ganhando formas e ideias.

As reformas foram ganhando espaço para atender interesses políticos a partir dos anos 1990. Segundo Jacomeli (2010), a conferência de 1990 realizada em Jomtien na Tailândia, organizada pela UNESCO, UNICEF, PNUD para articulação com agências internacionais como banco mundial e FMI, etc. que resultou em uma assinatura da declaração mundial sobre educação para todos e o Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem que de acordo Jacomeli (2010, p. 122):

Foi a partir de 1990, com toda a reformulação das políticas sociais e econômicas mundiais e nacionais, que o Brasil passou a participar de encontros internacionais, visando à discussão de questões relativas às políticas educacionais.

A partir dessa conferência, juntamente com o novo governo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC), com forte influência neoliberal que alavancou ainda mais as reformas, por intermédio de novos documentos internacionais. De acordo com Frigotto; Ciavatta (2003, p. 99) “a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, convocada pela UNESCO, composta de especialistas e coordenada pelo francês Jacques Delors, produziu o Relatório Delors” tal relatório destaca a importância do compromisso assumido dos países que participaram da comissão para uma educação igualitária, e compreender a educação em vários países, o texto aborda as características da globalização e o efeito que isso causa na sociedade como o processo de exclusão social e o índice de desemprego mesmo em países ricos, pontua também a educação como meio de superação desses desafios a serem resolvidos no século XXI. “Nesta prerrogativa a educação seria harmoniosa, democrática, com recuo da pobreza e exclusão social, pois estaria ancorada nos quatro tipos de aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser

e aprender a viver junto (SHIROMA *et al.*, 2011, p. 52)". Em 1995 a UNESCO volta a publicar Prioridades y estratégias para la educación, que reforça o compromisso de eliminar o analfabetismo e melhoria da educação.

O Brasil, como um signatário entre aqueles com a maior taxa de analfabetismo do mundo, foi instado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela UNESCO (SHIROMA *et al.*, 2002, p. 57-58).

Desde então, a noção de competência passou a compor as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com um trabalho pedagógico da transmissão de conteúdos voltados para o mundo do trabalho. Ao longo do tempo o ensino médio vem sendo discutido e repensado para se "adequar" à "nova" sociedade.

Pereira e Passos (2011) analisam historicamente as reformas feitas em dois governos diferentes no país, as reformas do ensino médio têm início com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e continua com Luís Inácio "Lula" da Silva. Deu-se início com o decreto nº 2.208- 17 de abril de 1997 a educação profissional é estabelecida como etapa formativa própria (BRASIL, 1997), em seguida em 23 de junho 2004 por meio de decreto nº 5.154 no governo Lula, mantém-se a educação profissional como etapa formativa própria, contudo, no nível médio, abre-se a possibilidade à oferta integrada entre profissional e ensino médio (PEREIRA; PASSOS, 2011).

Em 2008, a Lei nº 11.741 a educação profissional técnica de nível médio passaria a constituir modalidade de ensino médio (seção IV-A da LDB) (BRASIL, 2008). Com essas reformas logo se questiona: Quais interesses e tais mudanças idealizaram? Bem, partimos de um pressuposto, o atendimento ao mercado de trabalho e o surgimento de mão de obra, "uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista não apenas ideologicamente, mas também economicamente enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho)" (SAVIANI, 1994, p. 152).

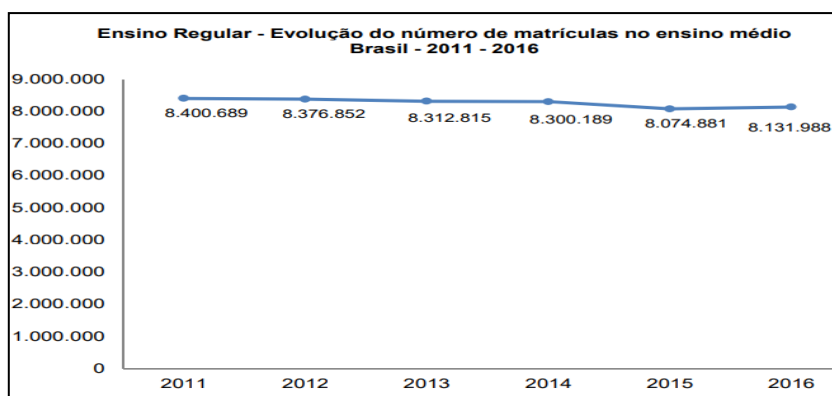
Podemos afirmar que as reformas educacionais tiveram como base os mesmos princípios por todo o mundo e com todos esses financiamentos afirmamos também que há um projeto de desenvolvimento educacional linear, pensado dos ideólogos tendo a educação como ferramenta de continuidade hegemônica, "a teoria do capital

humano por meio da inversão em capital humano e atenção à relação custo/benefício” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 72-75).

2.2 Médio em 2016

Perpassando os cenários das demais reformas chegamos na conjuntura político-social de 2016 onde analisamos também o censo escolar do mesmo ano, para ter uma análise mais concreta do cenário educacional que o ensino médio estar inserido obtendo assim informações importantes para construção histórica do cenário político e educacional, então podemos notar, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017, p.10), “o ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil”. Essa demanda de escolas ainda não consegue manter os escolares por todo ensino médio, tendo uma transição para ensino noturno ou abandono, vemos isso no gráfico que mostra uma queda desde de 2012 no número de matrículas no ensino regular do ensino médio e um pequeno avanço em 2016 como é visto a seguir.

Figura 1 - Ensino Regular - Evolução do número de matrículas no ensino médio Brasil - 2011-2016.

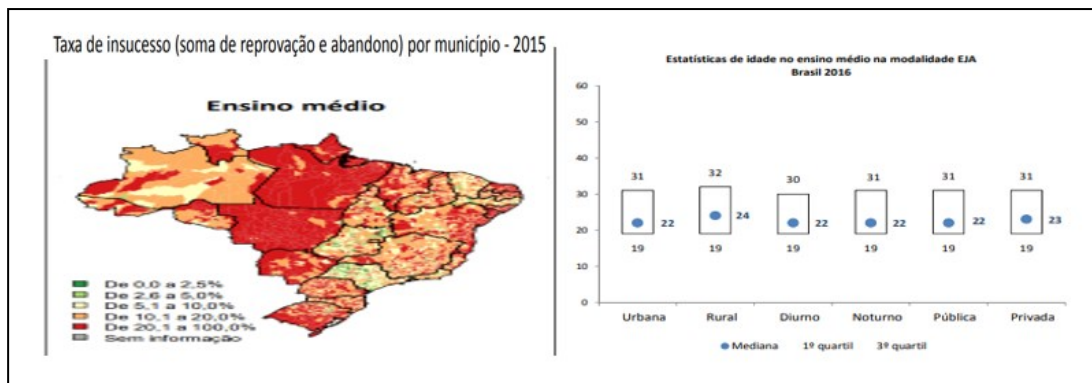


Fonte: INEP, 2017.

De acordo com Ferretti (2018) os alunos muitas vezes quando na época de cursar o ensino médio estão trabalhando no mercado formal ou grande parte no informal, por muitas vezes sua realidade pessoal com familiares tende a necessidade do trabalho. “Daí seu deslocamento, pelo menos em parte, para o ensino noturno ou o abandono escolar, anteriormente apontado” (FERRETTI, 2018, p. 28). Isso é evidenciado no censo INEP, MEC (2017) onde “a oferta de EJA de ensino médio,

entretanto, teve aumento de 5,7% em 2016” neste mesmo ano “são 3,4 milhões de alunos frequentando a educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2016, p. 14).

Figura 2 - Taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por município - 2015



Fonte: INEP, 2017.

O Censo Escolar de 2016, analisado pelo INEP evidências acima, nos gráficos, que a uma taxa de abandono e reprovação entre os estudantes do ensino médio de 20.1% a 100.0% em sua maioria, com destaque para o Mato grosso, Pará, Amapá.

Referencialmente, Silva Filho e Araújo (2017) utilizam o documento do INEP (1998) que conceitua o abandono e evasão escolar como: “‘abandono’ significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na ‘evasão’ o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”. Evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010, p.1), “é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar”.

Com isso a demanda faz com que esses jovens abandona o ensino médio regular indo para o EJA, a idade na modalidade EJA 2016 a média fica entre 22 a 23 anos de idade entre todos os índices, onde o ideal seria que os jovens conclui-se com idade entre 17/18 em escola regular em turno diurno ainda conforme o (INEP, 2016, p. 09) “77,6% dos alunos estudam no turno diurno; 1,8 milhões (22,4%) de alunos estudam no período noturno; 95,6% dos alunos frequentam escolas urbanas”.

A evasão escolar no Brasil não é um problema “novo”, isso vem se pendurando por longo tempo, de acordo o censo escolar de 2007 (INEP) afirma que evasão escolar entre jovens é alarmante, dos 3,6 milhões de jovens que se matriculam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no Ensino Médio de acordo com Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (BRASIL, 2007, p. 89) e acordo com Silva Filho; Araújo (2017 p. 36) em 2012 “O Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH e no PNUD e a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul”. Ainda de acordo com o INEP, no ano de 2015, o Brasil apresentou uma taxa de abandono escolar de 1% referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental; taxa de 3,2% em anos finais do Ensino Fundamental e valores de 6,8% de abandono no Ensino Médio.

Segundo Silva Filho; Araújo (2017, p. 37-38) “Evasão e abandono não têm uma origem definida e por isso não terão um fim por si só”. Frente a essa realidade é importante refletir e questionar: o que leva a essas estatísticas de evasão escolar?

O Brasil tem atualmente registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2018, sendo que:

O total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto a redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 8,3% de 2014 a 2018), quanto a melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,0 p.p. de 2013 a 2017). Nos últimos cinco anos o número total de matrículas do ensino médio reduziu 7,1% (BRASIL, 2018, p. 3)

O censo traz dados absurdos esses 7,1% são mais de 220 mil jovens a menos na escola, e a imensa maioria nas escolas públicas. Conforme a realidade, sabemos que a escola pública brasileira sofre com a precarização e quem já frequentou ou ao menos pisou em uma sala de aula sabe bem. Segundo Sales, Castro e Dore (2013, p.6), a evasão trata-se de um “[...] fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais [...]”.

Entre esses principais responsáveis, não é novidade para ninguém, é a precarização da escola e do trabalho do professor, como Bourdieu-Passeron (1975) e Cunha (1997) constataam que a escola é responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias pobres da população, explicando teoricamente o caráter reprodutor dessa instituição compreendida; como aparelho ideológico de Estado. A falta de estrutura para o trabalho docente, quem já dialogou com um professor sabe como é exaurido e desgastante atuar como docente no país, as salas de aula superlotadas, a falta de recursos decentes, sobrecarga de atividades, falta de formação continuada, esses fatores já poderiam de alguma forma afastar o aluno.

Segundo Aranha (2009), os maiores dilemas enfrentados pelos jovens, na atualidade, no ensino médio, são turmas lotadas – chegam a 50 alunos por sala –, conteúdos extensos e específicos e professores despreparados para lidar com o estágio de desenvolvimento dos alunos. Há várias barreiras que de alguma forma tiram esses alunos da escola mediante:

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego os contingentes de mão de obra barata (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36).

O fracasso da escola no Brasil por muitas vezes vem das escolas públicas e classes menos favorecidas afirma Arroyo:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

Observa-se então, que os autores não encontraram objetivos concretos para justificar a evasão tanto no ensino médio quanto nos demais anos da educação básica, manter o interesse dos jovens na continuidade dos estudos é difícil, em sua pesquisa Pereira; Reis (2014) destaca os jovens cujo sua identidade no contexto e reflexões enquanto jovens e estudantes do ensino médio, de modo que gera uma reflexão para obter uma análise melhor sobre quem são os jovens inseridos no ensino médio.

À medida em que nos debruçamos sobre o jovem no ensino médio, abre-se um leque de informações e singularidades. Assim Pereira e Reis (2014) reafirmam que as identidades são construídas de forma sociocultural mente, estar exposta a mudanças dependendo mediante dos códigos, símbolos, significados através do meio em que estão relacionando, “[...] a construção das identidades sociais dos indivíduos passa a ser mediada pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores e de referências culturais” (SETTON, 2012, p. 335). Isso tem grande influência nos jovens na escola, a sua vivência por muitas vezes não ganha sentido na escola, então o jovem do ensino médio muitas vezes é jovens trabalhadores, a jovem que teve uma

gravidez precoce, (LARANJEIRA; IRIART; RODRIGUES, 2016), mesmo com esse perfil de jovem do ensino médio, conturbado, cheio de fatores que implicam e influenciam os mesmos, o censo Inep/Mec (2016) mostra mais esse dado importante para ser ressaltado.

Por sua vez houve um aumento das matrículas do ensino médio em tempo integral entre 2010 e 2016 vejamos no seguinte gráfico.

Figura 3 - Ensino regular - Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, segundo a duração do turno de escolarização - Brasil - 2010-2016.

Ensino Médio						
Ensino Regular - Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, segundo a duração do turno de escolarização - Brasil - 2010 - 2016						
Ano	Ensino Médio Regular					
	Total Geral		Pública		Privada	
	Total	Tempo Integral	Total	Tempo Integral	Total	Tempo Integral
2010	8.357.675	157.176	7.369.837	133.904	987.838	23.272
2011	8.400.689	231.530	7.378.660	205.759	1.022.029	25.771
2012	8.376.852	297.743	7.310.689	268.431	1.066.163	29.312
2013	8.312.815	377.662	7.247.776	344.021	1.065.039	33.641
2014	8.300.189	447.191	7.229.831	411.527	1.070.358	35.664
2015	8.074.881	477.679	7.025.639	441.123	1.049.242	36.556
2016	8.131.988	518.661	7.117.841	480.052	1.014.147	38.609
Δ% 2015/2016	0,7	8,6	1,3	8,8	-3,3	5,6
Fonte: MEC/Inep/DEED						
Nota: 1) O tempo integral é calculado somando-se a duração da escolaridade com a duração do atendimento complementar. Considera-se tempo integral quando esta soma for superior ou igual a 7h.						

Fonte: INEP, 2016.

As matrículas em tempo integral do ensino médio subiram 8,6% em 2016. O percentual de alunos em tempo integral passou de 5,9% em 2015 para 6,4% em 2016. Inep/MEC (2016). Isso fez com que os a reforma do ensino médio fosse ganhando força e forma, mas não só isso, tudo o que foi colocado anteriormente estar atrelado a reforma do ensino médio.

2.3 A conjuntura da reforma

O ano de 2016 no Brasil foi marcado por mudanças históricas no cenário político, com o impeachment de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, sendo assim seu vice Michel Temer assume a presidência, de acordo com Duarte e Derisso (2017) com o governo interino vem um pacote de medidas visando retroceder direitos trabalhistas e com intuito de retomar o crescimento econômico do país. Contudo isso o ensino médio passa por mais uma mudança no seu currículo, vinda da medida provisória MP 746, que tornou lei “publicada no Diário Oficial da União a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017” (MIRANDA; RECH, 2018, p. 122), que promove alterações na estrutura curricular do ensino médio, o mesmo sendo última etapa da educação básica.

A reforma do ensino médio é norteada pela BNCC, que foi homologada em 2017, segundo Ferreti (2018) que estar pautada numa perspectiva de flexibilização do currículo, formando itinerários formativos por áreas. A MP fomenta a implementação de escolas do ensino médio em tempo integral e a ampliação da carga horária mínima anual do ensino médio que é de 800 horas progressivamente para 1.400 horas (BRASIL, 2017).

Contudo a aprovação da MP aconteceu num cenário envolto por ocupações.

A Lei 13.415, decorrente de uma medida provisória (MP 746/2016), foi objeto de crítica já a partir dessa origem autoritária, a qual provocou inúmeras ocupações de escolas públicas do país por parte dos alunos nelas matriculados, dirigidas tanto à forma quanto ao conteúdo da política educacional proposta (FERRETTI, 2018, p. 25)

Ribeiro e Paullino (2019) afirmam que universidades, institutos federais e escolas foram protagonistas de um momento “novo” marcante e histórico, totalizando segundo O Estado de S. Paulo (2016) 1.108 instituições de ensino ocupadas entre eles 1.022 escolas e institutos federais, e 82 universidades públicas ocupadas, de acordo com Ribeiro e Paullino (2019) as pautas dos estudantes, foram mais além do que as individuais do ambiente de ensino, além da MP 746/2016, também contra a PEC 55 que atingiu diretamente os gastos da Saúde e Educação por 20 anos.

As ocupações trouxeram materialidade às críticas e frustrações que vêm sendo documentadas pela literatura a respeito da relação dos jovens com a escola. A pouca resposta das políticas educacionais aos anseios juvenis — e a presença crescente desse público nas escolas — deve ter colaborado para a eclosão do conflito. As imagens oferecidas pelos jovens nas ocupações — atuando, discursando, cozinhando e limpando — contrastam com as imagens tradicionais de

estudantes calados e enfileirados nas salas de aula. (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p.1171).

Mediante disso, também foram lançadas notas de repúdio por entidades importantes, a todo retrocesso e principalmente a reforma do ensino médio, assim referencialmente a ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação manifesta-se:

A MP fragiliza o princípio do Ensino Médio como direito de todo cidadão a uma formação plena para a cidadania e o trabalho, abre canais para a mercantilização da escola pública e evidencia a face mais perversa do golpe contra a sociedade brasileira, os estudantes, seus professores e a educação pública (ANPED, 2016, p. 1)

Outra associação importante a ABRAPEC (Associação brasileira de pesquisa em educação em ciência) lançou também como forma de carta aberta se posicionamento em relação a reforma do ensino médio:

A Publicação de uma medida provisória como a MP 746/2016 afrontas o curso democrático das decisões educacionais, haja vista que expressa autoritarismo e desrespeito à população brasileira, silenciando a voz de toda a comunidade educacional deste país. (ABRAPEC, 2016, p.1)

Assim como a educação física também foi atingida em primeiro momento almejando torna-la uma disciplina facultativa o Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE) posicionou-se:

[...] Aborda o ensino da Educação Física a partir de uma perspectiva mais contemporânea, [...] essa medida negará aos estudantes a oportunidade de apropriarem-se daqueles saberes que proporcionam a leitura, compreensão e produção das práticas corporais, entendidas como formas de expressão dos grupos sociais. Isso significa a impossibilidade de conhecer, desfrutar e transformar uma parcela do repertório cultural. Disponível (CBCE, 2016, p. 1).

Juntamente também um dos mais importantes conselhos que regulamenta a educação física no país o CONFEF Conselho Federal de Educação Física lança nota oficial fazendo observações sobre a MP do ensino médio.

O CONFEF considera um contrassenso que no momento em que inúmeras pesquisas apontam o crescimento da obesidade e do

sedentarismo infanto-juvenil, e sabendo que a atividade física é a medida mais eficaz para evitar esse mal, o Governo Federal proponha a retirada da Educação Física do Ensino Médio. (CONFEEF, 2016, p.1)

De forma similar as notas apresentadas anteriormente criticaram os retrocessos que a atual lei 13.415 que reforma do ensino médio produz tanto no impacto curricular como formação integral dos alunos que emergiram.

3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho origina-se de motivação pessoal, acrescida pela vivência na ocupação CavRexiste na UFPE, fundamentada nas lutas contra a reforma do ensino médio, e demais retrocessos que assolavam o povo brasileiro no período conjuntural. Neste sentido, o projeto de pesquisa ora proposto pretende construir conhecimento através da elaboração do TCC, mediante reflexões como futura docente do "novo ensino médio" aprovado, de modo a compreender suas intencionalidades a pressupostos para atuação consciente e autônoma da tarefa social assumida. Ao mesmo tempo, será possível a produção de material teórico para subsídio de colegas professores frente à legitimidade da educação física e da educação básica, mediante a possibilidade de ser reconhecido como instrumento de resistência, luta e organização dos trabalhadores frente a projeto de sociedade adentrado em peças legislativas. A educação, através de sua envergadura social, demonstra que ações do Estado têm alcances diversos, inclusive de longa durabilidade, exigindo-nos alerta e apreciação. Considerando, portanto, que a sociedade precisa entender projetos que instauram uma nova forma de vida social e instituições, o presente estudo justifica-se cientificamente em debater recentes mudanças educacionais, apontando caminhos para transformações a partir da leitura crítica da realidade, com chamamento para a consecução de políticas referenciadas pelo povo.

4 QUESTÃO CONDUTORA

Que projeto de formação humana e de sociedade está fundamentada a recente reforma do Ensino Médio?

6 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Compreender qual o projeto de homem e de sociedade promovido pela recente reforma do Ensino Médio. Enquanto política pública educacional.

Objetivos Específicos:

- Analisar os documentos oficiais que alteraram recentemente o Ensino Médio, buscando compreender suas motivações e suas Intencionalidades.
- Identificar possíveis relações entre a reforma, demais políticas públicas e contextualização do cenário social político e econômico.
- Refletir sobre o direcionamento comum desse conjunto de ações, buscando traçar regularidades no que diz respeito à formação dos sujeitos e a construção de uma nova sociabilidade e concepção de educação.

7 METODOLOGIA

Segundo Fonseca (2002) *metodos* significa *organização*, e *logos*, *estudo sistemático, pesquisa, investigação*; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

A pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa pois preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser apenas quantificados, desse modo, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica dos fatores sociais relacionado ao presente tema. Para realização da pesquisa recorreremos à revisão da literatura, tipo de pesquisa em que se recolhem informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do tema da pesquisa. Literatura significa, nesta expressão, o conjunto de obras científicas, filosóficas, etc. sobre determinado assunto, matéria ou questão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto a sua natureza, se classifica como sendo uma pesquisa básica pois de acordo com Gerhardt; Silveira (2009, p 35) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos; envolve verdades e interesses locais”. Em relação aos seus objetivos de caráter exploratório, tem como intuito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Neste recorte de literatura utilizamos artigos científicos, originais e de revisão entre os anos 2007 a 2019, obtidos a partir de pesquisas realizadas nos bancos de dados eletrônicos citados a seguir: CAPES e Scielo. As palavras chaves utilizadas foram: Reforma do ensino médio, Educação Física, Política educacional.

O levantamento bibliográfico deteve como critérios de inclusão o alcance objetivos do presente trabalho, a partir de resolução da pergunta que rege a pesquisa as categorias encontradas no material para análise são: Interesses políticos, Interesses econômicos, Aspectos ideológicos, Objetivos implícitos, Impacto curricular,

Concepção de educação, Concepção sujeito, Visão do autor, Concepção de sujeito desejável/ sujeito da reforma, Concepção da reforma e Contexto anterior a reformar.

A construção da tabela seguiu algumas etapas, as quais foram importantes para o levantamento dos dados. A leitura exploratória serviu para verificação do material bibliográfico e sua compatibilidade com os objetivos do presente estudo e a leitura seletiva para a separação de trechos dentro dos materiais bibliográficos. Foi realizado a leitura analítica. Que se ocupou em cruzar olhar, imersões e distancias entres autores.

Desse modo, as informações extraídas dos materiais bibliográficos, que preencheram cada tópico da ficha de análise, que se encontram no apêndice deste trabalho na ficha é possível: 1º-identificar as informações e os dados constantes; 2- estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto; 3-analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

E preciso ressaltar que o fato de a reforma do ensino médio ser recente, diante disso não há muitos estudos na literatura. Quanto a sua imputação obtive a partir da análise do material bibliográfico obtido durante a pesquisa 10 artigos, foram encontrados com possíveis relações entre a reforma e recentes políticas públicas, apontando suas motivações e suas intencionalidades no que diz respeito à formação dos sujeitos e mudanças na estruturação escolar.

Em relação aos interesses políticos foi identificado que o atendimento ao mercado de natureza financeira, é preocupação da reforma do ensino médio, na medida em que segundo Duarte e Derrisso (2017, p. 133).

Tal reforma foi apresentada pelo discurso oficial como uma modernização necessária para ajustar-se aos novos tempos, modernização esta pautada em princípios de racionalização de recursos e otimização das condições do país para concorrer no mercado mundial.

Visto isso, compreendemos que as demandas do mercado mundial se aliam com a crise econômica que o país enfrenta, especialmente articuladas para a escola atender aos anseios do mercado financeiro como esclarece Ferretti (2018, p. 26).

Projeto de Lei resultou, por sua vez, de intensa atuação de setores da sociedade civil identificados com o empresariado nacional que, há tempos, inclusive nos governos do PT, vêm exercendo forte influência sobre o MEC, no sentido de adequar a educação brasileira a seus interesses, entre eles os de natureza financeira.

Bem, observa-se que a educação brasileira em sua trajetória está ligada a um cunho “pedagógico” construtivista ao ideário político, pois é notório nos artigos lidos, o apontamento de tais interesses, colocada na disputa de poderes, segundo Ferreira (2018, p. 297):

[...] O ensino médio se constituiu em um campo de disputas políticas, e uma reforma pode atender a objetivos antagônicos, que tanto podem ter compromisso com uma formação crítica e reflexiva quanto reforçar uma formação aligeirada e/ou reducionista. As políticas educacionais do século XX foram férteis nessa segunda perspectiva.

É nítido, desde do começo das reformas que a educação brasileira vem passando no século XX, a perspectiva reducionista de formação aligeirada que ganha cada vez mais força. Como o ensino médio demanda por mudanças, e a disputa política na conjuntura daquele momento encontrava-se em grande conflito, surgiu logo como primeiras alternativas de identidade política a reestruturação para atender ao “novo” governo nas perspectivas neoliberais. Nos seus escritos Ciavata (2018, p. 213)

Deflagrou-se um conjunto de políticas afins com a situação e capitalismo dependente do país, a começar pela privatização de empresas e serviços, e as reformas da legislação trabalhista, da educação, da previdência social.

Em complementação a isso Ferretti (2018, p. 25) afirma que: “A reforma alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal”.

Isso, mostra que cada vez mais as demandas mercadológicas tanto local como internacional influência muito o que é decidido na educação. E em outras áreas. As reformas em vista geral são decididas por políticos, para atender além de seus ideais individuais e demandas de poder econômico e com a reforma do ensino médio não seria diferente e segundo Motta, Frigotto (2017, p. 357)

A reforma do Ensino Médio é urgente porque é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. E a educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade.

O capital humano consiste em ajustar a escola na potencialização de mão de obra barata, atendendo ao mercado de trabalho. Os interesses econômicos em ampla diversificação do mercado de trabalho e mercado tecnológico tanto em interesses nacionais como internacionais, não devem-se ignorados processo histórico, Ciavata (2018, p. 220):

São marcas inscritas nas políticas de educação profissional que, historicamente, destina-se às classes de baixa renda: uma formação funcional às necessidades do mercado, formação aligeirada na forma de cursos breves, em detrimento da universalização do ensino médio de qualidade para todos.

Esse atendimento ao mercado de trabalho muitas vezes vem por discursos que é preciso se atualizar e adaptar ao mundo globalizado e tecnológico como destaca (Leão (2018, p. 3) “pontos da lei, entre outros, configuram, então, um processo de flexibilização que atende aos interesses dos sistemas de ensino e do mercado de trabalho”. Desse modo, atendem demandas que principalmente visam pessoas de baixa renda para ocupar esses espaços, referencialmente como afirmar Silva, Scheibe (2017).

O modo como está retratada a relação entre mudanças tecnológicas, mudanças no conhecimento e necessidade de transformação na

educação escolar ilustra a maneira pela qual os propositores desses Parâmetros e Diretrizes recaíram em um determinismo tecnológico que circunscreve uma visão parcial e limitada do papel da escola, pois a restringe à formação para o mercado de trabalho, insere as finalidades da formação humana no quadro restrito da produção econômica, ainda que afirme uma pretensa formação para a cidadania, que se confunde com os anseios de observância à lógica mercantil. (SILVA; BERNARDIM, 2014, p. 05 *apud* SILVA; SCHEIBE, 2017).

A cidadania é outro ponto colocado como positivos, na reforma, já que há um pretexto da lógica mercantil, por muitas vezes não vistos, escancaradamente pela sociedade, mostrando idealização de melhor futuro e empregabilidade pelas formas de apresentar a reforma do ensino médio. Toda via são e práticas aligeiradas de conhecimento fragmentado como formação completa aos alunos, por isso muitas empresas se apropriam da educação para se beneficiar, (MIRANDA; RECH, 2018, p. 129).

Dessa forma, a presença do empresariado nas questões educacionais os quais estão estabelecendo-se de maneira explícita e implícita costurando parcerias em busca de formação de mão de obra, a escola pública representa um nicho do mercado, não só na formação, mas, também atuando em várias áreas fornecendo matérias didáticas e consultorias.

Sendo assim, a escola pública torna-se um meio facilitador em produção de mão de obra barata tratando a formação do indivíduo, de forma implícita, como uma maneira eficaz de enfatizar a produtividade do setor econômico do país, utilizando-se do setor público para isso, Motta; Frigotto (2017, p. 358).

Enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é, desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Essa inserção ao mercado tem fortes influência de aspectos ideológicos que se soma aos interesses econômicos tanto local como internacional, em todos os países sempre há ideologias segundo Nogueira Junior et.al. (2018, P. 93) “Na história e geografia mundial, quando um país quer mudar seu plano econômico de nação, muda também a educação”. A educação é a chave primordial para sustentação e prolongação de qualquer ideia, o jovem que entra nesse novo ensino médio terá uma

visão adequada a essa ideologia dentro de um contexto mais uma vez globalizado, Motta e Frigotto (2017, p. 357):

Partimos do pressuposto de que essa “reforma” imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização — fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade.

A forma como a educação é pensada na reforma, vem de maneira horizontal, desde o início da tramitação o intuído capitalista, os processos históricos são nitidamente excluídos, de forma autoritária e se liga as ideologias do capital humano, globalização e mercado tecnológico.

A democracia não é vista em nenhum momento como importante quando pensasse nas reformas educacionais no ano 2016, conforme Miranda e Rech (2018, p. 129): “Neste contexto, coloca-se a política ideológica com uma maquiagem democrática”. O ensino médio cai como uma luva nessa política ideológica, jovens que querem ser inseridos rapidamente ao mercado tecnológico, buscando uma formação cada vez mais prática e rápida, assim destaca Ferreira (2018, p. 360): “As portas para o retrocesso ficaram abertas no contexto de uma globalização cada vez mais neoliberal”. O neoliberalismo, por ter várias faces se camufla muito bem na educação, a visão de Silva e Scheibe (2017, p. 28-29) “ocorre a subalternização de um campo relevante de conhecimento que terá o seu lugar de poder subsumido, ao ser priorizada uma lógica empresarial-neoliberal de valorização de certos saberes em detrimento de outros”. A reforma do ensino médio está pautada nisso, a flexibilização curricular com prioridades que seguem uma linha ideológica, com isso Ferretti (2018, p. 33) afirma:

Os defensores da reforma argumentariam, com razão, que essa responde à necessidade de enfrentar, no plano educacional, os desafios postos pelas mudanças ocorridas no campo do trabalho e, mais amplamente, pelas transformações neoliberais produzidas pelo capitalismo no plano internacional a partir de 1970, as quais vinham sendo gestadas desde a década de 1940.

Esse processo histórico mostra que intencionalidades de cada década ganha espaço, com o ensino médio não ficaria de fora, as bases econômicas, que assegura a relação de dominante e dominado é um dos pedestais da reforma do ensino médio,

afirmar (DUARTE; RECH, 2018, p. 132-133) “reforma o ensino médio. Medida que embora não pareça num primeiro momento ser de cunho econômico, e sim ideológico, uma vez que impõe uma orientação tecnicista e produtivista para a escola pública”.

O surgimento dessas ideias aponta seus principais cunhos ideológicos, um jovem que tem sua formação tecnicista, com intuito apenas de reprodução sem reflexão sobre o que estar sendo adquirido segundo a reafirmação: “Em consequência disso, vai além dos negócios, fixando ideologias nesses espaços importantes para mundo dos negócios” (MIRANDA; RECH, 2018, p. 129). Em complementação a isso

Trata-se de uma radicalização neoliberal que ignora todos os esforços e a trajetória de direitos até aqui conquistados, trajetória essa construída com a participação de diversos segmentos da sociedade conforme relatado nesta sessão (FERREIRA, 2017, p. 302).

Essa radicalização tem como alvo principal o impacto curricular, os autores se assemelham em seus discursos sobre impacto curricular, evidenciando, fragmentação ampla de conhecimento e formação, flexibilização e desigualdade, são destacados no “novo ensino médio” (NOGUEIRA JUNIOR *et al.*, 2018, p. 95) ressalta; “Eles alegam que a grade curricular do país não é atraente para os jovens e, portanto, é necessária uma flexibilização das disciplinas”. O ensino médio necessita de uma mudança, mas essa flexibilização ocorreu de forma não dialogada com a classe estudantil nem profissionais da educação, de modo que tal flexibilização segundo Motta e Frigotto (2017, p. 361) “A modernização do Ensino Médio, no sentido de flexibilizar o currículo por áreas de conhecimento, voltando-se para as aptidões dos alunos e das unidades escolares.” Tais disciplinas serão reorganizadas para atender a formação que os alunos quiserem se “aperfeiçoar” visando uma carreira futura, destaca Ferretti (2018, p. 27)

Por isso mesmo suas propostas centrais giram em torno de dois aspectos principais: a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral (sete horas diárias). No caso da implementação do regime de tempo integral, tendo por referência a Base Nacional Comum Curricular, e outra, diversificada em itinerários formativos por área (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Naturais e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Educação Profissional), estabelecendo, com isso, o acesso fragmentado aos mesmos conhecimentos.

Os itinerários formativos propostos fragmentam a formação completa do indivíduo e devolvem a sociedade um ser competitivo e meritocrático (FERREIRA, 2017, p. 305) “Com a contrarreforma do ensino médio que flexibiliza o currículo por

meio de trajetórias individuais e estratificadas”. Os autores estudados indicam uma divisão de saberes e classes no ensino médio geral, segundo Silva; Scheibe (2017, p. 26) “de modo a que cada estudante curse apenas um deles, tem como consequência a negação do direito à formação básica comum e pode resultar no reforço das desigualdades educacionais”. A preocupação é grande com essa medida pois o jovem não terá amplo conhecimento em todos os, aspectos que ele tem direito, nem a refletir sobre o contexto histórico que está inserido, pois a ideia dos itinerários é capacitar apenas para o mercado de trabalho, ou seja Miranda; Rech (2018, p. 129) “retira a universalização da aprendizagem a todos enfatizando o caráter excludente aos mais fragilizados socialmente, moradores de periferia entre outros.”

A classe de baixa renda sempre é a mais atingida com as reformas educacionais, escolas desestruturadas, problemas sociais que afetam diretamente o ambiente escolar, além de inviabilizar outros problemas sobre evasão e acesso, além de condições de trabalho. (SILVA; SCHEIBE, 2017). “O incentivo à ampliação da jornada escolar para sete horas diárias se faz nesse instrumento do Executivo, sem que sejam efetivamente assegurados recursos financeiros de forma permanente”. Nem todas as escolas terá os cinco itinerários formativos a disposição do aluno por justamente não ter recursos financeiros assegurados, Leão (2018, p. 03) “Tais percursos serão ofertados por meio de diferentes arranjos curriculares a critério dos sistemas de ensino, segundo suas possibilidades e relevância para o contexto local”. Por consequência gerando ainda mais desigualdade na sociedade, a partir do momento em que o indivíduo é colocado a escolher o que lhe poderá ser ofertado no contexto local, somada a possibilidade de ensino a distância e juntamente fortalecimento do setor privado Leão (2018, p. 3)

Outro eixo central da lei se refere ao Ensino Técnico e Profissional de Nível Médio. Quanto a esse aspecto, a legislação abre a possibilidade de parcerias com o setor privado, a oferta da educação à distância, o reconhecimento de experiências de trabalho no setor produtivo e a possibilidade de contratação de docentes que comprovem notório saber.

Nesse contexto de fragmentação de saber e desvalorização dos profissionais licenciados através do notório saber mérito, podemos observar os objetivos implícitos da reforma do ensino médio, a desigualdade é um ponto bem enfatizado, segundo

Nogueira *et al.* (2017, p. 947) “Com a reforma do ensino médio fica evidente o agravamento de um problema que é bastante sério em nosso país: a desigualdade”. Com a criação dos itinerários formativos os jovens em escolas que sofrem pelo pouco recurso orçamentário, a flexibilização das disciplinas tornará a escola ainda mais vulnerável pois reformas educacionais associadas à ideologia política e capital nem sempre dão certo Leão (2018, p. 20).

Uma escola distante da realidade sociocultural de nosso tempo, incapaz de dialogar com os “jovens concretos” do ponto de vista dos conhecimentos que aborda e da sua didática. E como consequência, uma escola onde construir o sentido para estudar é cada vez mais difícil para os jovens estudantes das camadas populares. Uma escola onde lecionar é um duro e desafiante trabalho.

A incapacidade de dialogar com jovens que o autor acima discute, a escola vira e estimula que, uma plataforma de conhecimentos restritos e direcionados, desvalorizando a universalização do conhecimento, assim, Miranda e Rech (2018, p. 129) consideram que

Tendo em vista os aspectos apresentados, na proposta de reforma continua a reproduzir desigualdades, onde o estado não atua, deixando espaços para outras organizações agirem a favor de seus interesses, deixando a preocupação de fazer uma escola de integração, valorizada e universalizada.

Neste caso a desigualdade está sendo negligenciada pelo estado, na medida Estado altera a realidade educacional no país é totalmente conturbada, pois no mesmo momento que lança uma reforma que necessita de investimento. Mas, opõe ao mesmo tempo medida que congela os gastos da educação por, 20 anos através da PEC 55 já citada no presente trabalho, visto isso Motta e Frigotto (2017, p. 357). reforçam:

Como conclusão mais geral, trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana.

A necessidade de atendimento as bases político-econômicas acabam reforçando que a desigualdade, com a dissociação da escola da necessidade de corresponder à realidade reflexiva do mundo. Há uma concepção de educação falida, por tanto ao sucesso dos alunos como sujeitos influentes e influenciáveis na sociedade atual, (FERRETTI, 2018, p. 32)

Atuando ao largo de políticas sociais que confiram atenção principalmente aos setores mais empobrecidos, o governo que institui a reforma atua, relativamente a tais políticas, em sentido oposto, podendo, com isso, fortalecer as desigualdades existentes ao invés de contribuir para debelá-las.

As reformas deveriam atender não o fortalecimento das desigualdades já existentes mas acaba-las na sociedade, sem ênfase de disciplina aplica conhecimento tecnicista e reducionista já nas escolas existente principalmente nas periferias brasileiras, (FERREIRA, 2017, p. 302).

A experiência histórica aponta que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade do Ensino Médio. Muito pelo contrário, ela tende a piorar o desempenho dos nossos alunos e aumentar a desigualdade escolar.

Em complementação (CUNHA, 2017, p. 379)

Até mesmo defensores da flexibilização do Ensino Médio rejeitaram a chegada da reforma ao Congresso como medida provisória, portanto, com validade imediata, e seu conteúdo propiciador de acirramento das desigualdades educacionais e sociais.

Por meio desses objetivos implícitos, é possível destacar também uma concepção de educação para os jovens do ensino médio voltado para entrada dos jovens ao ensino superior, como afirma Cunha (2017, p. 379) “A antiga concepção do Ensino Médio como preparação para o Ensino Superior para uns, e formação para o trabalho para outros”. Para Duarte e Derisso (2017, p. 137)

um dos objetivos das reformas da educação –, nota-se que a escola vem se descaracterizando com relação à sua finalidade precípua de difundir e socializar os conhecimentos humanos e aprofundando o processo de alienação já existente na sociedade capitalista, ao invés de combatê-lo. A educação deve garantir a competitividade e a empregabilidade das futuras gerações. Ou seja, formar jovens para se estapearem no mercado de trabalho.

A educação alienada que distancia o jovem do ensino superior visa uma empregabilidade subjetiva no futuro, fragmenta a educação desse indivíduo, sua formação não garante sua inserção tão prometida no mercado de trabalho, Ciavata (2018, p. 212) “Temos hoje na educação corporativa expandida para todos os níveis educacionais, na formação das competências para o mercado, nas restrições a uma educação pública de qualidade”.

A desvalorização da educação não atinge só aos alunos e estrutura curricular, mais os profissionais também entram nesse jogo de concepção educacional vale

salientar. O “notório saber”, onde há uma desvalorização dos estudantes de licenciatura e profissionais licenciados, segundo Silva, Scheibe (2017, p. 27): “Outro aspecto bastante controverso na MP 746/16 diz respeito ao reconhecimento de “notório saber” com vistas a conferir permissão para a docência a pessoas sem formação apropriada”.

Além disso, o governo passa a permitir que profissionais com “notório saber” possam dar aulas de conteúdos de áreas relacionadas à sua formação, mas sem a exigência de uma licenciatura. Isto, além de desvalorizar os profissionais da educação confronta muitos dos acordos antes estabelecidos e oriundos de profundo debate entre especialistas, professores, alunos e sociedade, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) (NOGUEIRA JUNIOR *et al*, 2018, p. 83).

A desvalorização dos profissionais está vinculado também a tudo que já foi mostrado até aqui trabalho, aliada à concepção de educação é estipulada em desigualdade, desestruturação, restrição, desvalorização, conflitando a formação entre sujeitos desejáveis e sujeitos da reforma Leão (2018, p. 15): “Nessa perspectiva os jovens são sujeitos histórico sociais, produtos e produtores de um tempo, diversos em suas experiências assim como são diversas as identidades e espaços sociais de uma determinada sociedade.”

Em consequência, envolvidos na defesa desse muitas vezes não tem ciência que estão inseridos nesse contexto, Duarte e Derisso (2017, p. 155)

A visão neoliberal segundo a qual ao defender seus interesses particulares cada indivíduo se insere numa ordem social regulada pela mão invisível do mercado e contribui para o desenvolvimento e aprimoramento da mesma.

Forma-se indivíduos alienados servindo de mão de obra barata para alimentar o mercado, Duarte e Derisso (2017, p. 155) e prejudica a constituição de uma nova sociedade mais subjetiva e justa.

Reforma econômica do estado e da educação adotou-se uma orientação pedagógica de cunho construtivista que repousa numa concepção de indivíduo comprometido com o ideário neoliberal, uma vez que para esta orientação pedagógica a construção do conhecimento é um fenômeno subjetivo que instrumentaliza o indivíduo a desenvolver competências para adaptar-se e sobreviver num mercado competitivo.

Em síntese, o sujeito estará refém a fragmentação de seu direito em ter uma formação concreta e cheia possibilidades de aprendizagem (FERRETTI, 2018, p. 35) “dos direitos e deveres prescritos pela sociedade capitalista, ainda que nem mesmo

esses sejam observados e respeitados, como tem se observado, à larga, nos anos recentes”.

Duarte, Derisso (2018, P.132) destacam o novo ensino médio “foi motivado pela reorientação política da grande burguesia brasileira frente aos reflexos da crise econômica e financeira internacional”. Já Ferretti (2018, P. 25)

[...]as políticas referidas ao Ensino Médio, como, de resto, as políticas governamentais em geral, atendem e mobilizam interesses de natureza diversa, não necessariamente congruentes, em torno da educação destinada aos jovens, ainda que, aparentemente, a leitura dos objetivos gerais da LDB relativos a essa etapa sugira a existência de consensos a respeito.

Esses dois pontos de visto, mostram as políticas governamentais estão em detrimento a seus ideários tendo forte controle sobre os domínios de formação humana, Leão (2018, p. 03) “É nesse contexto de um campo de disputas marcado por avanços e retrocessos que compreendo a edição da Lei 13.415/17”.

Ferreira (2017, P. 294) “Além de apresentar um conteúdo que tende a aprofundar as desigualdades escolares, a contrarreforma do ensino médio foi forjada por um grupo restrito de atores ligados fortemente aos interesses privatistas e mercantis”.

A lógica de compreensão da reforma marcada por tantos retrocessos, é evidenciada pelos autores, unida mais uma vez a interesses mercantis e econômicos, em conclusão dos pontos de vista, Mirando e Rech (2018, p. 126)

Paulo Freire enfatiza à prática educativa-crítica: “A reflexão crítica sobre a prática, esta tornou-se uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” [...] “...ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Baseado no conjunto de sua obra”.

9 CONCLUSÃO

Com o presente estudo abordamos a reforma do ensino médio, como problemática da sociedade e fator determinante na formação humana e na estruturação educacional do país ao lidar com a juventude.

Diante disso, acredita-se que a reforma do ensino médio está pensada e fundamentada não apenas na educação, visa permanência da hegemonia tecnicista, na qual os indivíduos obtêm uma visão utópica de sua autonomia. Os itinerários

formativos supõem que os jovens têm poder de escolha, a partir da ideia da “preferência” pela área de conhecimento a ser estudada no Ensino médio, baseando-se em uma premissa educacional que não condiz com a realidade presente no país.

Esta pesquisa me auxiliará na criticidade do exercício profissional e estimulou ainda mais meus compromissos como agente social.

Como pesquisa futura indicamos a importância de investigação do campo para discutir a implantação da medida nos ambientes escolares entrevistando alunos e professores.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICA SILVANA PEREIRA, Rosemeire Reis. Olhares cruzados sobre ser jovem e estudante do ensino médio: contextos, experiências e reflexões. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 35, p. 157–172, 2014.

ARAÚJO FILHO, Heleno. **Reforma do ensino médio?** Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2016.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Reforma do Ensino Médio: O que querem os golpistas. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 11-17, 2017.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39691>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARDOZO, M, J, P, B. **A Reforma do Ensino Médio e a Formação dos Trabalhadores: a ideologia da empregabilidade**. 2007. F. 281. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação Doutorado em Educação Brasileira. Fortaleza, agosto de 2017.

CARDOZO, M. J. **A reforma do ensino médio e a formação dos estudantes**. São Luís : Edufma, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CIAVATTA, Maria. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017 – adaptação ou resistência? **Holos**, Natal, v. 4, p. 207–222, 2018.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e Resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401159&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, Jun. 2017.

CURY, C.R.J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293–303, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245–262, 2002.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPED SUL 2014. p. 1–15.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI N. S.; OLIVEIRA, J. F. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 70, p. 66-77 abr. 2000.

DUARTE, R. C. DERISSO, J. L. A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 132-141, ago. 2017

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, Junho, 2017.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, Campinas, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93–130, 2003.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDEBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 57 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar de 2008**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/comentarios-sobre-os-resultados-do-censo-2008/21206. Acesso em: 13 out. 2019.

JACOMELI, Mara. As políticas educacionais da nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 119–128, 2011.

KRAWCZYK, N. **O Ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2342/1/emquestao6.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES, Milena Santos. Problematizando as Transições Juvenis na Saída do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117–133, 2016.

LEAO, Geraldo. What can young people expect from brazilian's high school reform?. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 17, p. 1-23, 2018.

MEZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

MIRANDA, M. A.; RECH, M, E, B. Reforma do ensino médio uma perspectiva de educação integral. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, Seville, v. 4, n. 3, p. 121-130, jul. 2018.

MOTTA, V, C. FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, abr./jun. 2017.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Pourquoi l'urgence de la réforme de l'école secondaire ? La mesure provisoire n. 746/2016 (Loi n. 13.415/2017). **Educacao e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355–372, 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007.

NOGUEIRA JUNIOR, D, P, N. *et al.* A reforma do ensino médio: histórico, desdobramentos e reflexões. **Revista Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 21, p. 81-96, Maio 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 28, p. 5–23, 2005.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. O. As políticas para a educação profissional técnica de nível médio. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 76-95, jan./jun. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; DE LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415, 2018.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil - as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 19, n. 45, p. 286-300, ago. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2019.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR. *In*: PARANÁ.

Governo do Estado. **Dia a dia educação:** Portal Educacional do Estado do Paraná. Curitiba, PR: Celepar, 2010. p. 1-24.

SALES, Francisco José Lima. Mudanças No Mundo Do Trabalho E O Novo Discurso Pedagógico Do Capital. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 59, 2017.

SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Rimepes, 2013. p. 356-392.

SAVIANI, D. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. A Particularidade do Processo de Socialização Contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov. 2005.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos De Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-, 2017.

SILVA FILHO. Raimundo Barbosa da; BARBOSA, Elma do Socorro Coutinho. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 353-368, jul./dez. 2015.

SILVA, M, R. SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.

SILVA, Monica Ribeiro da. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba v. 9, n. 17, p. 61–74, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/41441/28132>. Acesso em: 17 nov. 2019.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

TRICHES, J; LOTTERMANN, J; CERNY, R, Z. (Orgs.) **Os Rumos da Educação e as (Contra)Reformas:** os Problemas Educacionais do Brasil Atual. Florianópolis: CED, 2019.

						alguns temas específicos e diluí-los na área de conhecimento, no caso em questão “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”. P 137	sociedade capitalista, ao invés de combatê-lo. a educação deve garantir a competitividade e a empregabilidade das futuras gerações. Ou seja, formar jovens para se estapearem no mercado do trabalho. 137		educação adotou-se uma orientação pedagógica de cunho construtivista que repousa numa concepção de indivíduo comprometido com o ideário neoliberal, uma vez que para esta orientação pedagógica a construção do conhecimento é um fenômeno subjetivo que instrumentaliza o indivíduo a desenvolver competências para adaptar-se e sobreviver num mercado competitivo p 155			
2- CELSO JOÃO FERRE TTI- 2018	A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.	Projeto de Lei resultou, por sua vez, de intensa atuação de setores da sociedade civil identificados com o empresariado nacional que, há tempos, inclusive nos governos do PT, vêm exercendo forte influência sobre o MEC, no sentido de adequar a educação brasileira a seus interesses, entre eles os de natureza financeira. Pag26 a reforma alinha-se aos	X X X X X X X X X	Os defensores da reforma argumentariam, com razão, que essa responde à necessidade de enfrentar, no plano educacional, os desafios postos pelas mudanças ocorridas no campo do trabalho e, mais amplamente, pelas transformações neoliberais produzidas pelo capitalismo no plano internacional a partir de 1970.	• Atuando ao largo de políticas sociais que confirmam atenção principalmente aos setores mais empobrecidos, o governo que institui a reforma atua, relativamente a tais políticas, em sentido oposto, podendo, com isso, fortalecer as desigualdades existentes ao invés de contribuir para	Por isso mesmo suas propostas centrais giram em torno de dois aspectos principais: a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral (sete horas diárias). Pag 27 no caso da implementação do regime de tempo integral, tendo por referência a Base Nacional Comum Curricular, e outra, diversificada em itinerários	os problemas–da formação humana pela via escolar possam ser efetivamente resolvidos apenas por mudanças nas políticas educativas no que diz respeito ao currículo, aos métodos, à formação, pois a educação apresenta limites, especialmente considerado o papel que muitas vezes desempenha de mera reprodução social. Pag 39	consciente dos direitos e deveres prescritos pela sociedade capitalista, ainda que nem mesmo esses sejam observados e respeitados, como tem se observado, à larga, nos anos recentes. Pag 35 Não sei se retiro ou deixo aqui?	X X X X X X X X X	• Cai por terra, nesse sentido, a proposta vigente até o momento, e mais igualitária, de oferta do mesmo currículo para todos os jovens em idade de frequentar o Ensino Médio, com o que se corre o risco de aumentar as desigualdades sociais já existentes. Pag 33 • Concepção da reformar • Falseamento de melhorar o	X X X X X X X X X	[...]as políticas referidas ao Ensino Médio, como, de resto, as políticas governamentais em geral, atendem e mobilizam interesses de natureza diversa, não necessariamente congruentes, em torno da educação destinada aos jovens, ainda que, aparentemente, a leitura dos objetivos gerais da LDB relativos a essa etapa sugira a existência de consensos a respeito. Pag 25

		postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal 33 Influência do empresariado Interesses de natureza financeira	X X X X X X	as quais vinham sendo gestadas desde a década de 1940. Pag. 33	debelá-las. Pag. 32 • Desigualdades • Fortalecimento dos setores empobrecidos	formativos por área (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Naturais e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Educação Profissional), estabelecendo, com isso, o acesso fragmentado aos mesmos conhecimentos. Pag. 27 Flexibilização curricular Fragmentação dos conhecimentos	reprodução social Problemas amplos de estrutura da educação		X X X X X X	ensino com a flexibilização	X X X X X X	
3-Vânia Cardoso da Motta; Gaudêncio Frigotto-2017	POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017)	X X X X X X X X X X	Segundo dirigentes do Ministério da Educação (MEC), a reforma do Ensino Médio é urgente porque é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. E a educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a	• Partimos do pressuposto de que essa “reforma” imprime, sem reservas ou busca de consenso, a contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo	Como conclusão mais geral, trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das	Na visão dos reformadores, a modernização do currículo do Ensino Médio busca alterar o currículo sobrecarregado de disciplinas “inúteis” ou “desinteressantes”, ou seja, pouco atraentes aos jovens, o que justifica a grande evasão nesse nível de escolaridade. Pag 361 dúvidas A modernização do Ensino Médio, no sentido de flexibilizar o currículo por áreas de conhecimento,	X X X X X X X X X X	X X X X X X X X X X	X X X X X X X X X X	• A definição de Yamamoto (2004, p. 11) deixa claro o caráter político da “questão social”, explicando que esta surge a partir da preocupação de um determinado setor da sociedade que via na pobreza acentuada e generalizada — advinda do processo de industrialização, da “nova ordem”, o risco ou a “ameaça de fratura” das instituições	X X X X X X X X X X	

		X	produtividade. Pag 357	natural de modernização	ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana. Pág. 369	voltando-se para as aptidões dos alunos e das unidades escolares. Pag 361	X	X	X	X	sociais existentes, tendo em vista o ingresso da classe operária no cenário político. Pag. 363-364	X
		X	• Enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é, desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.pág. 358	— fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade. Pág. 357	• Flexibilização do currículo		X	X	X	X		X
		X		• Ideologia instrumental	• Desenvolvimento de aptidões		X	X	X	X		X
		X		• Ideia fetichizada da modernização	• Bases econômicas de capitalismo		X	X	X	X	• Com isso, as burguesias dominantes asseveram os mecanismos de controle social por meio dos vários aparelhos do Estado em “união pessoal” com seus respectivos aparelhos privados de hegemonia e com organismos internacionais, introduzem um conjunto de políticas públicas que conformam a conjuntura (como veremos em seguida) e buscam cimentar a ideologia necessária para se consolidarem no poder e salvaguardarem os ganhos do capital. Pág. 365	X
		X	• Mercado de forma local e internacional e mercado de trabalho	• Relação de poder	• Fragmentação do sujeito		X	X	X	X	• Relação mercado capital	X
			• Capital humano								• Ideologia Hegemônica	
			• Produtividade do setor econômico									
4-Monica Ribeiro da Silva, Leda	Reforma do ensino médio Pragmat	X	O modo como está retratada a relação entre mudanças tecnológicas, mudanças no conhecimento e necessidade de transformação	Ocorre a subalternização de um campo relevante de conhecimento que terá o seu lugar de poder subsumido, ao ser priorizada	A profissionalização como uma das opções formativas implica uma forma indiscriminada e igualmente	Em outro texto, Willian Simões argumenta que com as mudanças trazidas pela reforma e que retiram a obrigatoriedade	Outro aspecto bastante controverso na MP 746/16 diz respeito ao reconhecimento de “notório saber” com vistas a conferir	X	X	X	• se faz presente a mercantilização da educação básica, que passa a compor não apenas a definição das finalidades e concepções que	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X

Scheib e-2017	ismo e lógica mercantil	X	na educação escolar ilustra a maneira pela qual os propositores desses Parâmetros e Diretrizes recaíram em um determinismo tecnológico que circunscreve uma visão parcial e limitada do papel da escola, pois a restringe à formação para o mercado de trabalho, insere as finalidades da formação humana no quadro restrito da produção econômica, ainda que afirme uma pretensa formação para a cidadania, que se confunde com os anseios de observância à lógica mercantil. (Silva e Bernardim, 2014, p. 05) pag 23	uma lógica empresarial-neoliberal de valorização de certos saberes em detrimento de outros. Pag 28-29	precária de formação técnico-profissional, acentuada pela privatização por meio de parcerias com o setor privado. Pag. 27 Privatização	das disciplinas de Sociologia e Filosofia, O incentivo à ampliação da jornada escolar para sete horas diárias se faz nesse instrumento do Executivo, sem que sejam efetivamente assegurados recursos de financeiros de forma permanente. divisão do currículo em cinco ênfases ou itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Formação Técnica e Profissional), de modo a que cada estudante—curse apenas um deles, tem como consequência a negação do direito à formação básica comum e pode resultar no reforço das desigualdades educacionais. Pag. 26	permissão para a docência a pessoas sem formação apropriada. Ainda a proposição esteja restrita ao itinerário da formação técnica e profissional, ela institucionaliza a precarização da docência e compromete a qualidade dessa formação. Desvalorização da docência	X	X	orientam os processos formativos escolares, mas também o financiamento público para a oferta privada da educação. Pag 27	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
		X						X	X	X	X	X
5-Denis Piton Nogueira Júnior	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: HISTÓRICO,	X	X	Na história e geografia mundial, quando um país quer mudar seu plano econômico de nação, muda também a educação. Pág. 93	Com a reforma do ensino médio fica evidente o agravamento de um problema que é bastante sério em nosso país: a desigualdade. Pag 947	Eles alegam que a grade curricular do país não é atraente para os jovens e, portanto, é necessária uma flexibilização das disciplinas, deixando como	Além disso, o governo passa a permitir que profissionais com “notório saber” possam dar aulas de conteúdos de áreas relacionadas à sua formação,	X	Educandos e educadores funcionando como sujeitos para desvendar o mundo”. Pag 94	X	Diante de todas as alterações propostas, o governo de Michel Temer contou com amplo apoio do Congresso Nacional para continuar	Atualmente, o discurso do governo na mídia está pautado no argumento de que o resultado do Ideb e o índice de evasão escolar são males que

et al-2018	DESDOBRAMENTOS E REFLEXÕES	X X X X XX	X X X X X X X	Plano econômico	Desigualdades ao acesso a faculdade.	obrigatório apenas Português, Matemática e Inglês, enquanto o restante do conteúdo será dividido entre: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Pag 95 • Formação	mas sem a exigência de uma licenciatura. Isto, além de desvalorizar os profissionais da educação, confronta muitos dos acordos antes estabelecidos e oriundos de profundo debate entre especialistas, professores, alunos e sociedade, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). • Desvalorização	X X X X X X X		X X X X X X X	modificando as políticas de educação do país conforme o seu gosto. Partidos como o DEM (Democratas) e PSDB (Partido Social Democracia Brasileira) tem sido peças fundamentais para a manutenção do governo e suas reformas, mantendo coesa a aliança feita desde o Impeachment da Dilma Rousseff. Pag. 83	precisam ser combatidos e por isso a MP é necessária. Pelo contrário, teremos um retrocesso na educação no país bem como prejuízos diretos e indiretos em outras esferas, como a desigualdade no acesso às faculdades, já citado. Pag. 95
6-Eliza Bartolozzi Ferreir a-2017	A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM E PROGRESSO	o ensino médio se constituiu em um campo de disputas políticas, e uma reforma pode atender a objetivos antagônicos, que tanto podem ter compromisso com uma formação crítica e reflexiva quanto reforçar uma formação aligeirada e/ou reducionista. As políticas educacionais do século XX foram férteis nessa segunda perspectiva. Pag. 297	X X X X X X X X X X X X X	Trata-se de uma radicalização neoliberal que ignora todos os esforços e a trajetória de direitos até aqui conquistados, essa trajetória construída com a participação de diversos segmentos da sociedade conforme relatado nesta sessão. Pág. 302 • Privatização • Neoliberalismo • As portas para o retrocesso ficaram abertas no contexto de uma globalização cada vez mais	A experiência histórica aponta que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade do Ensino Médio. Muito pelo contrário, ela tende a piorar o desempenho dos nossos alunos e aumentar a desigualdade escolar. Pág. 306 • Aprofunda desigualdade escolar	Entre tantas questões colocadas pelos autores, duas se relacionam mais diretamente com o que estamos vivendo com a contrarreforma do ensino médio que flexibiliza o currículo por meio de trajetórias individuais e estratificadas. Pag. 305 Flexibilização e estratificação	X X X X X X X X X X X X	X X X X X X X X X X X	X X X X X X X X X X X	• O que está em questão é a própria concepção de educação, simplificada na relação de estabelecimento de um currículo estandardizado focado em matemática e língua materna, com processos padronizados de testagem de resultados, garantidos por uma gestão focada nos resultados, que tensiona a redefinição do trabalho docente, com o suporte de um padrão	Na perspectiva de “viver o presente como já possuído de um sentido histórico” (NORA, 1988, p. 180), a compreensão do artigo sustenta que essa lei guarda o mesmo espírito das políticas educacionais ocorridas no ensino médio brasileiro na ditadura varguista, na ditadura militar e nos anos 1990. Repetir os o no autor	Além de apresentar um conteúdo que tende a aprofundar as desigualdades escolares, a contrarreforma do ensino médio foi forjada por um grupo restrito de atores ligados fortemente aos interesses privatistas e mercantis. Pag. 294 O governo atual, que tomou de sobressalto o Estado brasileiro, radicaliza a comunhão com o setor privado e transnacional.

		Mão de obra aligeirada		neoliberal. Pag. 306 Globalização neoliberal			X	X	X	mínimo de financiamento educacional. Pag.303 compreende a "educação de qualidade" como aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade na construção plena da cidadania e na garantia aos direitos humanos. Pag. 297 desejável educação de qualidade, de amplas dimensões humanas e cidadania separe conteúdos		
							X	X	X			
							X	X	X			
							X	X	X			
							X	X	X			
							X	X	X			

7- Luiz Antônio Cunha -2017	ENSINO MÉDIO: ATALHO PARA O PASSADO		X	X	Até mesmo defensores da flexibilização do Ensino Médio rejeitaram a chegada da reforma ao Congresso como medida provisória, portanto, com validade imediata, e seu conteúdo propiciador de acirramento das desigualdades educacionais e sociais. Pag: 379 Desigualdade classes	X	a antiga concepção do Ensino Médio como preparação para o Ensino Superior para uns, e formação para o trabalho para outros. PAG, 379	X	X	X	X	Não se trata de invenção de ministro improvisado. Trata-se, isto sim, da reedição da política educacional discriminadora do período Fernando Henrique Cardoso, quando Maria Helena Guimarães de Castro ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais durante toda sua gestão, após dirigir secretarias nos governos paulistas de José Serra e Geraldo Alkmin. Ela retornou ao Ministério da Educação no governo Temer, agora como secretária geral.
8- Geraldo Leão-2018	O QUE OS JOVENS PODEM ESPERAR DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO	X	Esses pontos da lei, entre outros, configuram, então, um processo de flexibilização que atende aos interesses dos sistemas de ensino e do mercado de trabalho. MERCADO A redução de custos para o Estado e a	X	• Uma escola distante da realidade sociocultural de nosso tempo, incapaz de dialogar com os "jovens concretos" do ponto de vista dos conhecimentos que aborda e da sua didática. E como consequência, uma escola onde	Outro eixo central da lei se refere ao Ensino Técnico e Profissional de Nível Médio. Quanto a esse aspecto, a legislação abre a possibilidade de parcerias com o setor privado, a oferta da educação à distância, o reconhecimento de experiências de	X	X	• Nessa perspectiva os jovens são sujeitos históricos sociais, produtores de um tempo, diversos em suas experiências assim como são diversas as identidades e espaços sociais de uma determinada	X	X	• É nesse contexto de um campo de disputas marcado por avanços e retrocessos que compreendo a edição da Lei 13.415/17. Pag-3

						“flexibilizar” a organização curricular das escolas de ensino médio, torna mais enrijecida e empobrecida a formação oferecida. Como descrito anteriormente, uma das principais mudanças diz respeito à instituição de cinco diferentes percursos formativos (artigo 36 da LDB) “que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Pag: 8 Currículo enrijecido • Formação dos estudantes						
9-Maria dos anjos de Miranda. Marta Elizete Buchelt	Reforma do ensino médio uma perspectiva de educação integral.	X X X X X X X	Dessa forma, a presença do empresariado nas questões educacionais os quais estão estabelecendo-se de maneira explícita e implícita costurando parcerias em busca de formação de mão de obra, a escola	Em consequência disso, vai além dos negócios, fixando ideologias nesses espaços importantes para mundo dos negócios. Pag 129 Neste contexto, coloca-se a política ideológica com uma maquiagem	Tendo em vista os aspectos apresentados, na proposta de reforma continua a reproduzir desigualdades, onde o estado não atua, deixando espaços para outras organizações agirem a favor de seus interesses, deixando a preocupação de	retira a universalização da aprendizagem a todos enfatizando o caráter excludente aos mais fragilizados socialmente, moradores de periferia entre outros. Pag: 129	X X X X X X X					Freire (2000) Paulo Freire enfatiza à prática educativa-crítica: “A reflexão crítica sobre a prática, esta tornou-se uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” [...]

								X		X	1990. Pag: 217 e 2018	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	---	--------------------------	--